

Centrão ameaça retirar da Carta a reforma agrária

BRASÍLIA — Se a Liderança do PMDB não admitir a votação de destaques que preservem de desapropriação as propriedades produtivas, os líderes do Centrão estão dispostos a votar, hoje, contra o texto do Relator Bernardo Cabral e a emenda coletiva do partido, forçando a criação de um "buraco branco", que seria a exclusão da reforma agrária da Constituição. Eles acham melhor ficar com o Estatuto da Terra, que preserva de desapropriação a empresa rural, do que com o texto de Cabral ou a íntegra da emenda do PMDB.

Somente com a garantia de que o destaque para votação em separado (DVS) será aceito, o Centrão aprovará o texto do Relator. Este destaque exclui do texto a última frase do parágrafo único do artigo 219, que define as terras insusceptíveis de desapropriação. Sem esta frase, as terras produtivas ficam nesta condição, mesmo não cumprindo função social. Se o requerimento do destaque for aprovado, o PMDB terá que conseguir 280 votos para recolocar esta frase no texto.

O procedimento em relação ao texto do PMDB seria idêntico, mas os líderes do Centrão preferem trabalhar em cima do texto do Relator, até por uma questão política. Além disso, se o texto do Relator for aprovado, a emenda do PMDB estará prejudicada.

Definida esta tática, os líderes do Centrão procuraram ontem transferir para o PMDB a responsabilidade pelo "buraco branco".

— Ou eles dão o DVS ou não tem reforma agrária — ameaçou o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), depois de uma reunião de uma hora e meia com o Presidente Ulysses Guimarães, o Relator Bernardo Cabral e o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

O Deputado José Lins (PFL-CE), encarregado de levar ao Líder do



Fogaça e Fiúza levam a Cabral e Ulysses proposta do Centrão para excluir desapropriação de terra produtiva

PMDB, Mário Covas (SP), a proposta do Centrão, também mostrou firmeza na sua posição:

— Só voto no Cabral se o PMDB aceitar o destaque. Melhor o buraco branco do que uma faca no peito do sistema produtivo.

Os líderes do Centrão também procuraram, ontem, retirar a legitimidade da emenda do PMDB, afirmando que 89 centristas assinaram a emenda por pensarem que fosse um destaque. Entre eles, estão Albano Franco (PMDB-SE), Ricardo Izar (PFL-SP), Arnold Fioravante (PDS-SP), Dionizio Dal Pra (PFL-PR) e João Castelo (PDS-MA). As assinaturas não podem mais ser retiradas, embora quatro destes parlamentares tenham solicitado isto oficialmente à Mesa da Constituinte, mas o Centrão joga na força política desta denúncia.

Moderados acusam Covas em manifesto

BRASÍLIA — Em resposta à posição assumida pelo Senador Mário Covas (PMDB-SP), em defesa da desapropriação de terras produtivas que não cumpram função social, a ala moderada do PMDB, comandada pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, divulga hoje manifesto para mostrar que o Senador não está cumprindo o programa do partido.

— O programa do PMDB descarta a hipótese de desapropriação das propriedades produtivas e, por isso, a ala progressista não está obedecendo os princípios programáticos de seu partido — disse Sant'Anna, confiante na derrota, em plenário, do grupo liderado por Covas.

Com o manifesto, os moderados e alguns parlamentares do PFL, liga-

dos ao Centrão, esperam reverter alguns votos no plenário, contra o destaque que preserva as propriedades produtivas da desapropriação. O manifesto afirma ser necessário "encontrar solução para o problema da terra, sem comprometer abruptamente a produção".

"O Programa do PMDB é claro quando defende a necessidade da reforma agrária, em especial onde coexiste o latifúndio improdutivo com o minifúndio inviável, e a utilização de Imposto Territorial Rural efetivamente progressivo para penalizar a ociosidade das glebas e a especulação com terras, descartando, assim, qualquer hipótese para desapropriação das propriedades produtivas".

Fiúza prevê adoção do mandato de cinco anos por 314 votos

BRASÍLIA — O Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) prevê que o Presidente José Sarney terá mais votos a favor de um mandato em cinco anos, nas Disposições Transitórias, do que os 304 que definiriam os mandatos de seus sucessores, nas disposições permanentes. Ele calcula, no mínimo, um aumento de dez votos, chegando a 314. Segundo ele, o Centrão vem, desde a semana passada, fazendo um levantamento minucioso da posição dos constituintes.

O trabalho é coordenado por Fiúza, pelos Líderes do Governo e do PFL, Deputados Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e José Lourenço (BA), pelo Secretário Geral do PMDB, Deputado Milton Reis (MG) e pelo Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

O parlamentar pernambucano esclareceu que muitos dos que votaram pelos quatro anos, nas disposições permanentes, defendem a não-discriminação apoiando, portanto, os cinco anos para Sarney.

— A discriminação é uma posição muito antipática. Por isso, a questão já foi resolvida na votação dos futuros Presidentes — afirmou.

A mesma avaliação foi levada ao Presidente Sarney, em outro encontro, pelo Líder do PFL, José Lourenço, que estimou um crescimento de cinco ou seis votos em relação aos 304 obtidos para os futuros Presidentes, elevando a 310 o número de constituintes favoráveis ao mandato de cinco anos para o atual.

Ricardo Fiúza ressaltou, porém, que não será o Centrão que assegurará os cinco anos. Identificou uma posição quase generalizada, que reconhece ao Governo a necessidade de um tempo maior para concluir a transição.

— O Centrão não existe. É uma ficção. Foi criado exclusivamente para mudar o Regimento, abrir a participação a todos os Constituintes e oferecer um texto alternativo. Existiu para conter a avanço da esquerda

e, com isso, buscar a estabilidade da própria Constituinte. Agora, se me perguntarem se a maioria dos que votarão pelos cinco anos para Sarney está no Centrão, eu responderei que sim — frisou.

Ele rechaçou a hipótese de o grupo se transformar em partido:

— Desde o início fui contra. O Centrão, como já disse, não existe. Não é um grupo, até porque não apareceu ninguém capacitado e não vai aparecer nunca alguém que consiga liderar essa massa heterogênea.

O Deputado afirmou que nenhuma liderança política no Brasil defende a realização de eleições presidenciais este ano. Quem disser isso, segundo ele, está mentindo:

— Com exceção de Waldir Pires, que é um lírico, embora seja um político honrado, nenhum outro Governador do PMDB quer os quatro anos. O doutor Arraes — referindo-se ao Governador de Pernambuco, Miguel Arraes — não quer porque se considera candidato e todos os atuais Governadores acham que serão candidatos. Até o engenheiro — o ex-Governador do Rio, Leonel Brizola — não quer.

● QUÉRCIA — O Governador Orestes Quércia, reiterando não pretender intervir na discussão sobre o mandato do Presidente José Sarney, manifestou acreditar que a Constituinte venha a votar pelos cinco anos.

— Minha posição é a do PMDB, ou seja, a de não intervir no mandato. Foi favorável aos cinco anos para os futuros Presidentes, de um modo geral, e acho que vai passar o mandato de cinco anos também para o Presidente Sarney.

Quércia anunciou que, nos próximos dias, o Presidente deverá visitar São Paulo para completar a transferência aos Municípios dos serviços de Saúde:

— A medida ampliará a média mensal de atendimentos de 800 para 9 mil, beneficiando com a assistência médica sobretudo as populações mais humildes.

O Governador informou que Sarney viajará na companhia dos Ministros da Saúde, Borges da Silveira, e da Previdência, Renato Archer.

Objetivos e normas do Estatuto da Terra

Assinado pelo Presidente Castelo Branco no dia 30 de novembro em 1964, o Estatuto da Terra (Lei 4.504) regulamentou os direitos e obrigações relativos aos bens imóveis rurais, com o objetivo de executar a reforma agrária — definida como um conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade — e promover uma política agrícola.

Em seu artigo 2º, o Estatuto estabelece que é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela função social. Define a seguir que a função social é cumprida quando, simultaneamente, favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores; mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais; e observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

De acordo com a lei, é dever do Poder Público promover e criar condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita. Cabe também ao Governo zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.

Em relação às terras públicas para fins de Reforma Agrária, têm prioridade as que são de propriedade da União sem destinação específica, as reservadas pelo Poder Público para serviços ou obras, à exceção das pertinentes à segurança nacional, e as áreas devolutas da União, dos Estados e dos Municípios.

As terras particulares também serão desapropriadas quando não cumprirem sua função social. Estabelece ainda o Estatuto que a implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social.

De acordo com a lei, o acesso à propriedade rural será promovido mediante a distribuição ou redistribuição de terras, através da desapropriação por interesse social, doação, compra e venda, arrendamento dos bens vagos, reversão à posse do Poder Público de terras de sua propriedade que estejam indevidamente ocupadas e exploradas, e herança ou legado.

O Estatuto trata também da assistência e proteção à economia rural, através da produção e distribuição de sementes e mudas; criação, venda e distribuição de reprodutores e inseminação artificial; mecanização agrícola; cooperativismo; industrialização e beneficiamento de produtos; eletrificação rural e obras de infra-estrutura; seguro agrícola e garantia de preços mínimos à produção agrícola. Em relação ao financiamento e crédito, a lei estabelece uma inovação: a garantia ao trabalhador que quiser comprar sua terra de empréstimo no valor correspondente a 12 meses de salário mínimo, com prazo de 20 anos e juros de 6 por cento.

Só acordo evitará batalha regimental

BRASÍLIA — O plenário da Constituinte poderá assistir hoje a uma verdadeira batalha regimental caso não se chegue a um acordo de lideranças para a mais nova polêmica do Capítulo da Reforma Agrária. Desta vez, não se trata de discutir o mérito da matéria a ser votada, mas se será ou não permitida a apresentação de um tipo de destaque — Destaque para Votação em Separado (DVS) —, que transfere o ônus da arrematação de 280 votos para aqueles que são contrários ao que foi destacado.

A polêmica surgiu por uma omissão do Regimento Interno, que, no parágrafo único do artigo 10, determina que qualquer matéria destacada tem que ser encaminhada com 187 assinaturas. O Centrão entende que, a partir do momento em que um destaque tenha 187 assinaturas, pode ser considerado matéria para votação em separado. O Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e os Deputados regimentalistas Nelson Jobim (PMDB-RS) e José Genóino (PT-SP) pensam de modo exatamente inverso. Para eles, o "buraco negro" cria uma situação especial e, da mesma maneira que não se pode apresentar

um destaque individual, também não é permitido destacar matérias para votação em separado.

De acordo com o Destaque para Votação em Separado, um texto é votado na íntegra, com exceção da parte destacada, que será votada à parte. No caso de um DVS supressivo, aqueles que pretendem reestabelecer o que está no texto aprovado é que têm de conseguir 280 votos. Em suma, fica mudado o comando da votação. Já em um destaque simples, o grupo que pretende obter a mudança no texto é que tem de conseguir a maioria absoluta dos votos.

A solução para o impasse regimental é essencial na votação de hoje. De um lado, o Centrão, que pretende suprimir parcialmente o parágrafo único do artigo 219, relativo à possibilidade de se desapropriar terras produtivas que não cumprem sua função social, e joga com a apresentação de um DVS. Ou seja, para que o grupo liderado pelo Senador Mário Covas (PMDB-SP) consiga manter o texto do Relator, terá que obter 280 votos contrários ao Destaque para Votação em Separado. No caso de um destaque supressivo simples, ca-

beria ao Centrão conseguir os 280 votos necessários para aprovar a supressão da parte que deseja ver fora do Capítulo da Reforma Agrária.

O debate sobre a possibilidade ou não de se apresentar DVS nesta fase dos trabalhos ocupou todo o dia de ontem. O Centrão acenou com a possibilidade de não fornecer quorum para a aprovação do texto do Relator se não for permitido que se vote em separado o destaque supressivo ao parágrafo único. A questão foi desembocar no gabinete do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que, em última instância, terá que fornecer um parecer para a omissão do Regimento. A Ulysses interessa que o assunto seja resolvido antes do início da sessão, o que evitaria uma discussão no plenário entre as duas partes. A saída que lhe foi apresentada ontem durante uma reunião com o Relator Bernardo Cabral, o Sub-Relator José Fogaça (PMDB-RS) e um dos coordenadores do Centrão, Ricardo Fiúza (PFL-PE) seria um amplo acordo de lideranças, o qual permitiria que o grupo apresentasse um DVS em troca do seu apoio unânime à proposta do Relator.

Firjan quer rever ganho trabalhista no segundo turno

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) seguirá o exemplo de sua irmã paulista e intensificará a sua atuação junto aos constituintes, no segundo turno da votação, com a finalidade de convencê-los da inconveniência de algumas medidas adotadas nos capítulos referentes à Ordem Social e Econômica. A informação é do Presidente da entidade, empresário Arthur João Donato, que foi homenageado ontem, durante almoço na Associação Comercial do Rio.

Arthur João Donato

apontou, entre as questões a serem modificadas, o direito à licença-paternidade para o trabalhador; a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais; e o direito de greve, que, segundo o Presidente da Firjan, transformou-se em um verdadeiro poder.

Em sua palestra na Associação Comercial, o empresário também afirmou que o Pólo Petroquímico precisa ser implantado no Estado com urgência, pois ele é o único projeto capaz de funcionar como uma alavanca para o desenvolvimento industrial do Rio.

Só Bouchardet é punido por faltas

BRASÍLIA — O Deputado Mário Bouchardet (PMDB-MG), apontado como o campeão de faltas na Assembleia Constituinte, receberá o seu contra-cheque referente ao pagamento do mês de abril com um desconto de CZ\$ 104 mil. Ele foi o único parlamentar a ter quatro ausências consecutivas registradas pela Mesa da Constituinte, que resolveu adotar o desconto nos salários como forma de punir os que faltarem às sessões.

De acordo com a fórmula aprovada pela Mesa, o parlamentar que faltar a quatro dias consecutivos, ou a sete alternados, sofrerá um desconto no salário de 1/30 por dia de falta. Como a decisão da Mesa passou a vigorar no dia 26 de abril, ficaram valendo apenas os últimos quatro dias do mês como referência para saber

quem seria punido. O único parlamentar a ser enquadrado foi, exatamente, Mário Bouchardet.

O vencimento de um Constituinte é de aproximadamente CZ\$ 800 mil por mês. O desconto de 1/30 por dia que Bouchardet faltou fica em cerca de CZ\$ 26 mil. Pelos quatro dias, aproximadamente CZ\$ 104 mil. A punição deverá ser publicada no Diário da Constituinte.

Somente os parlamentares que apresentarem atestado médico poderão evitar o corte nos vencimentos. Ainda assim, cada caso será estudado pela própria Mesa. Alguns Constituintes, no entanto, se acham previamente isentos de apresentar qualquer justificativa para as suas ausências, por estarem internados em hospital ou simplesmente em tratamento médico.